

Governo quer influir na Constituinte

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, assegurou ontem "trabalho concentrado do Governo e de segmentos importantes da sociedade para retirar as extravagâncias aprovadas, em primeiro turno, pela Constituinte", ao procurar tranquilizar os empresários ligados ao Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, na sede da Confederação Nacional da Indústria. Mailson observou que só a anistia da correção monetária das dívidas bancárias de pequenos e médios empresários rurais e urbanos teria o custo de 2 a 3 bilhões de dólares — entre Cr\$ 330 e 490 bilhões — equivalente a seis vezes o orçamento do Ministério da Saúde.

"É preciso lutar com os constituintes para melhorar o texto, no segundo turno de votação" — afirmou o ministro da Fazenda. Sob aplausos dos grandes empresários, Mailson disse que a anistia da correção monetária aos pequenos empresários não passa de "sandice, do ponto de vista econômico, e uma grande jogada, no campo político".

Em sua opinião, o resultado desta sandice, consubstanciada em emendas do senador Mansueto do de Lavor (PMDB-PE) e do deputado Humberto Souto (PFL-MG), "seria a desorganização total do sistema financeiro nacional, em prejuízo da sociedade como um todo". Em sua incerteza, os autores das propostas extravagantes, segundo Mailson, pensam que vão fazer grande coisa para o País, mas ameaçam jogar a economia na desorganização. Dentro da pos-

CORREIO BRAZILENSE

JUN 1988

tura desses constituintes, o ministro indagou porque os trabalhadores devem ficar de fora, sem a anistia da correção monetária sobre a dívida ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Mas o ministro disse não estar pessimista quanto ao texto final da Constituição, ao ressaltar que os constituintes "são homens racionais e responsáveis". Com o trabalho de informação, Mailson não acredita em impasses criados pela Constituinte, no momento que o Governo procura liberalizar e modernizar a economia. "Será necessário reduzir certas tendências, que privilegiam grupo de pessoas que tem poder de lobby, em prejuízo ao atendimento a toda a sociedade. Também será preciso superar os atrasos culturais, refletidos em idéias ultrapassadas. Alguns constituintes querem resolver problemas dos anos 30 e outros pensam que o País está na década de 40 e 50".

Em tom de advertência, o ministro da Fazenda lembrou que a manutenção da anistia da correção monetária causaria a expropriação dos bancos. Se não quisesse admitir a quebra dos bancos e da economia, o Tesouro Nacional teria que subsidiar o sistema financeiro. Como o subsídio aos bancos seria inviável, o resultado da anistia seria a quebra do sistema financeiro.